

Mosaico da distribuição de renda no Brasil: uma análise com base em 40 anos de dados da PNAD

Diogo Signor - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC
Guilherme V. Moura - Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC

Resumo

De forma geral, observa-se na literatura sobre distribuição de renda no Brasil que o foco reside em discutir as causas da variação no nível de desigualdade como um todo, através de modelos estatísticos. E quando estudam o efeito de determinada característica das pessoas sobre sua renda, a análise se dá sobre os salários recebidos e utilizando séries temporais curtas. Há uma carência de trabalhos que apresentem informações de longo prazo, de forma direta e diversificada, sobre a distribuição da renda no Brasil. Como num mosaico, em que as partes são analisadas para que quando unidas formem, ou clarifiquem, o todo, este trabalho tem como objetivo apresentar a evolução da distribuição de renda no Brasil por diferentes características da população. Para isso, faz-se uso de estatísticas descritivas e exploram-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), iniciada em 1976 e mantida em moldes comparáveis até 2015. Os resultados mostram que a renda no Brasil está concentrada em alguns grupos da sociedade, como entre pessoas do sexo masculino, pessoas de cor branca, no mercado de trabalho formal, na região Sudeste e na zona urbana. Contudo, a distribuição de renda aparenta estar melhorado em prol das minorias, regiões historicamente menos favorecidas e se transformando ao longo dos anos no que diz respeito a características individuais, como idade e anos de estudo.

Palavras-chave: Distribuição de renda, microdados da PNAD, Brasil.

Abstract

The literature on income distribution in Brazil, in general, focus on discussing the causes of variation in the overall inequality level through statistical models. When they study the effect of a specific people's characteristic on their income, the analysis is based on the salaries received and using short time series. There is a shortage of papers that present long-term information, in a direct and diversified way, on the distribution of income in Brazil. As in a mosaic, in which the parts are analyzed so that when united clarify the whole, this work aims to present the evolution of the distribution of income in Brazil by different characteristics of the population. This work uses descriptive statistics to analyze the microdata of the *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD), a household survey started in 1976 and maintained in a comparable shape until 2015. The results show that income in Brazil is concentrated in some groups of society, such as among males, white people, in the formal labor market, in the Southeast region, and in the urban area. However, income distribution appears to be improving for minorities, historically less favored regions, and changing over the years in terms of individual characteristics such as age and years of study.

Keywords: Income distribution, PNAD's microdata, Brazil.

Classificação JEL: R2, D63.

Área 2: Desenvolvimento Econômico

1. Introdução

A desigualdade de renda entre as pessoas deriva de diversos fatores. De acordo com a literatura, as características dos indivíduos e de seu ambiente estão associadas à renda média auferidas por eles. E quanto mais significativas forem as diferenças na renda das pessoas decorrentes desses fatores, maior será a concentração de renda em favor de determinados grupos da sociedade e a desigualdade como um todo. Desigualdade de renda essa que destaca o Brasil como um *outlier* na comparação internacional (Elbers et al., 2004).

A discussão sobre a desigualdade de renda no Brasil tem início nos anos 1970, quando a segunda edição do Censo permitiu que comparações temporais fossem executadas. Nesse período surgiram os trabalhos de Hoffmann e Duarte (1972), Langoni (1973) e Fishlow (1972), que deram fôlego à discussão no país com visões distintas do diagnóstico do problema. Com os Censos das décadas seguintes e o início de pesquisas domiciliares anuais, novos trabalhos foram surgindo para discutir o tema, acompanhando as diversas transformações pelas quais o país passou.

Lowell (2000) destaca que o Brasil na década de 1960 era uma sociedade essencialmente rural, cuja exportação de commodities agrícolas era a base da economia. Porém, a sociedade brasileira passou por grandes transformações estruturais nas décadas seguintes, como nas áreas social, econômica e demográfica. Níveis elevados de crescimento econômico levaram à rápida industrialização, urbanização, migração rural-urbana, o aumento do emprego no setor formal e notáveis ganhos na participação das mulheres no mercado de trabalho. Houve significativa expansão de serviços públicos, como água tratada e eletricidade. A população passou a ter maior acesso à educação e cuidados de saúde, a expectativa de vida aumentou para a população como um todo e as taxas de fertilidade caíram. Somado a isso, houve queda nos indicadores de desigualdade de renda a partir da década de 1990¹ (Ferreira et al., 2006).

Observa-se na literatura que a maioria dos trabalhos sobre distribuição de renda no Brasil, especialmente os pós anos 1990, buscam discutir as causas da elevada desigualdade de renda, ou de sua queda recente, como um todo, através de modelos estatísticos². Quando apresentam o efeito de diferentes características das pessoas sobre sua renda, geralmente trata-se do efeito sobre o valor dos salários recebidos. Além disso, as análises são feitas para períodos específicos, em que a maioria utiliza menos de duas décadas de dados.

Há uma carência de trabalhos que apresentem informação de longo prazo, de forma direta e diversificada, sobre a distribuição da renda no Brasil. Como, por exemplo, por características observáveis das pessoas. Ou seja, há diversas análises sobre o efeito de alguma política sobre a distribuição de renda como um todo, ou quanto a renda média da pessoa varia em função de determinada característica, mas faltam trabalhos que apresentem qual a renda total acumulada em função dessa característica ao longo do tempo. Quando se visa a distribuição de renda, essa análise distributiva pode contribuir para a percepção de tendências e guiar políticas públicas que promovam mais igualdade.

Logo, esse fato levou às seguintes indagações: como a renda é distribuída no Brasil de acordo com as características da população: regionais, biológicas, do trabalho e educacionais? E, como essa distribuição se modificou ao longo das últimas cinco décadas? Essas perguntas motivam este trabalho. Como num mosaico, em que as partes são analisadas para que quando unidas formem, ou clarifiquem, o todo, tem-se como objetivo apresentar a evolução da distribuição de renda no Brasil por diferentes características da população.

¹ Trabalhos que utilizam os dados das declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física chegam a conclusões distintas, afirmando que não houve queda na desigualdade de renda. Maiores informações ver Morgan (2017), Medeiros, Souza e Castro (2015) e Gobetti e Orair (2016).

² Ver, por exemplo, Soares (2006).

Para elaborar esse trabalho de forma que seja temporal e abrangente, exploram-se os microdados das pessoas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), iniciada em 1976 e mantida em moldes comparáveis até 2015. Por mais que a renda pessoal não exprima a qualidade de vida do indivíduo, pois ele pode dividir sua renda com outros, a exemplo de sua família, é interessante analisá-la para saber quem recebe renda no Brasil e de que forma ela é distribuída com base em diferentes características da pessoa.

Um trabalho desse tipo possui algumas restrições e apresenta um *trade-off* entre abrangência e detalhamento das análises apresentadas. Para tornar o texto atrativo para o leitor, tendo em vista o objetivo deste trabalho, pretende-se analisar os resultados encontrados sem maiores aprofundamentos. Referências serão indicadas no decorrer do texto para que os leitores mais curiosos possam continuar suas pesquisas.

A distribuição de renda por característica das pessoas depende especialmente de dois fatores: do número de pessoas pertencentes ao grupo da característica analisada e a renda média desse grupo. Por isso, além de apresentar a distribuição da renda, apresenta-se também a renda média e, no Apêndice, uma tabela com a proporção de pessoas de cada grupo analisado.

Por parecer relevante, também é apresentado e discutido a distribuição de renda dentro de cada grupo, através do índice de Gini³. No entanto, para diminuir o número de gráficos no corpo do texto e tornar a leitura mais fluída, os gráficos desse índice são apresentados também no Apêndice. Este trabalho se divide em mais três seções que apresentam a metodologia e os dados utilizados na elaboração das séries; a apresentação e leitura dos resultados obtidos para cada característica das pessoas; e, as considerações finais, que faz uma análise geral do trabalho e sugere pesquisas futuras.

2. Metodologia e dados

Este trabalho tem como fonte de dados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), conduzida anualmente⁴ pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é uma pesquisa autodeclarada e conduzida por uma amostra de unidades domiciliares, tomada de uma amostra principal, para assegurar a representatividade dos dados para diferentes níveis geográficos. Ela é responsável por coletar informações sobre características demográficas e socioeconômicas da população, dentre elas habitação, rendimento, trabalho, idade, sexo, entre outros.

Executada sempre no último trimestre do ano, a PNAD teve início em 1967, mas obteve seu desenho e periodicidade posta em moldes comparáveis apenas em 1976 (Souza, 2012). De acordo com o IBGE, a PNAD foi extinta em 2015, quando foi substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁵. Logo, esta pesquisa utiliza em sua análise todos os dados disponíveis da PNAD com metodologia passível de encadeamento e análise temporal, o que não acontece com a PNAD e a PNAD Contínua.

No Brasil, grande parte das pesquisas sobre distribuição de renda derivam da PNAD. Sua popularidade nesse tipo de pesquisa reside no fato de permitir a construção de variáveis, a exemplo da renda *per capita* e por características da população, que retratam a evolução da distribuição de renda e pobreza no Brasil ao longo do tempo. Nesse sentido, Ravallion (1992) destaca as pesquisas domiciliares como a fonte mais importante de dados para se fazer comparações de pobreza e distribuição de renda na sociedade.

³ O índice de Gini é um indicador de desigualdade de renda cujo intervalo de medida vai de 0 (menos desigual) a 1 (mais desigual).

⁴ Exceto nos anos de Censo, que ocorrem a cada dez anos (houve uma exceção em 1990, ocorrendo a pesquisa em 1991). A PNAD também não ocorreu em 1994.

⁵ A partir de 2015, as pesquisas domiciliares PNAD e PME (Pesquisa Mensal do Emprego) passaram a ser divulgadas, com mudanças relevantes em seus desenhos amostrais, pela PNAD Contínua.

A área de abrangência da PNAD foi sendo ampliada ao longo dos anos. Até 1979, apenas as regiões Nordeste, Sudeste e Sul e as áreas urbanas das regiões Norte e Centro-Oeste eram abrangidas pela pesquisa. Após 1981, a abrangência aumentou para todo o território nacional com exceção das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (Dedecca, 1998). Essas áreas foram incluídas e a pesquisa passou a ter alcance nacional em 2004.

Na PNAD, assim como em outras pesquisas domiciliares autodeclaradas, a literatura concorda que há uma subestimação da renda total declarada pelos indivíduos, sobretudo nos rendimentos referentes aos ganhos com aluguéis, juros, lucros e outras rendas variáveis (Ramos, 2015; Rocha, 2003). Da mesma forma, outras rendas não-monetárias tendem a ser subdeclaradas. O décimo terceiro salário, recebido pelos assalariados do mercado formal, também tende a não ser considerado na renda mensal declarada, embora impacte na renda anual do indivíduo.

Contudo, pode-se esperar que haja uma aproximação robusta das rendas do trabalho e previdenciárias declaradas (Ramos, 2015). De acordo com Souza (2012), por mais que os dados da PNAD não consigam medir de forma robusta os níveis gerais de renda, pobreza e desigualdade, é seguro assumir que são muito úteis para se observar tendências e padrões. Assim, por mais que a PNAD se mostre como uma boa fonte de microdados sobre as rendas pessoais e domiciliares, os resultados obtidos com sua utilização devem ser analisados levando esses fatores em conta.

Como meio para analisar os microdados disponíveis optou-se por utilizar estatísticas descritivas. Dessa forma, criaram-se gráficos e tabelas para apresentar e analisar a distribuição de renda por característica das pessoas no Brasil em cinco décadas diferentes: 1976, 1986, 1996, 2006 e 2015. Por mais que os questionários de pesquisa mudem em algum grau durante os anos analisados, eles foram convertidos para uma base comum para torná-los comparáveis⁶.

A análise da distribuição da renda tem como medida a renda mensal total declarada pelas pessoas, assim, são excluídas da base de dados todas aquelas que não possuem renda. Cada observação foi ponderada pelo peso da pessoa, disponibilizada na base de dados, para melhor representar a população. Em termos gerais, os gráficos e tabelas criados apresentam informações sobre a distribuição de renda e a renda média com relação a uma base comum, cabível de comparação temporal. Como mencionado anteriormente, apesar de relevantes e mencionadas com frequência no texto, a tabela com as proporções populacionais e uma métrica de desigualdade, o índice de Gini, foram alocados no apêndice do trabalho para tornar a leitura mais fluída,

3. Distribuição da renda por característica da população

A distribuição de renda varia de acordo com diversos fatores, sendo as principais características discutidas na literatura as regionais, de gênero, idade, cor da pele, educação e mercado de trabalho. A renda total das pessoas é influenciada por todas essas características ao mesmo tempo, por isso, observar a distribuição de renda por característica isolada limita a análise quanto aos seus efeitos de impacto. Contudo, observar como a renda se concentra ao longo do tempo, mesmo que dessa forma, permite captar padrões e transformações que estão ocorrendo na sociedade.

A concentração de renda depende de alguns fatores que acompanham a análise, como o número de pessoas que pertencem a determinada característica e a renda média recebida nela. Espera-se que grupos criados com base em alguma característica tenha maior concentração de renda quanto mais pessoas pertencem a eles ou quanto maior for sua renda média. Como a renda média dá apenas uma ideia geral dos rendimentos das pessoas de determinado grupo, também é relevante saber qual o grau de concentração de renda dentro dele.

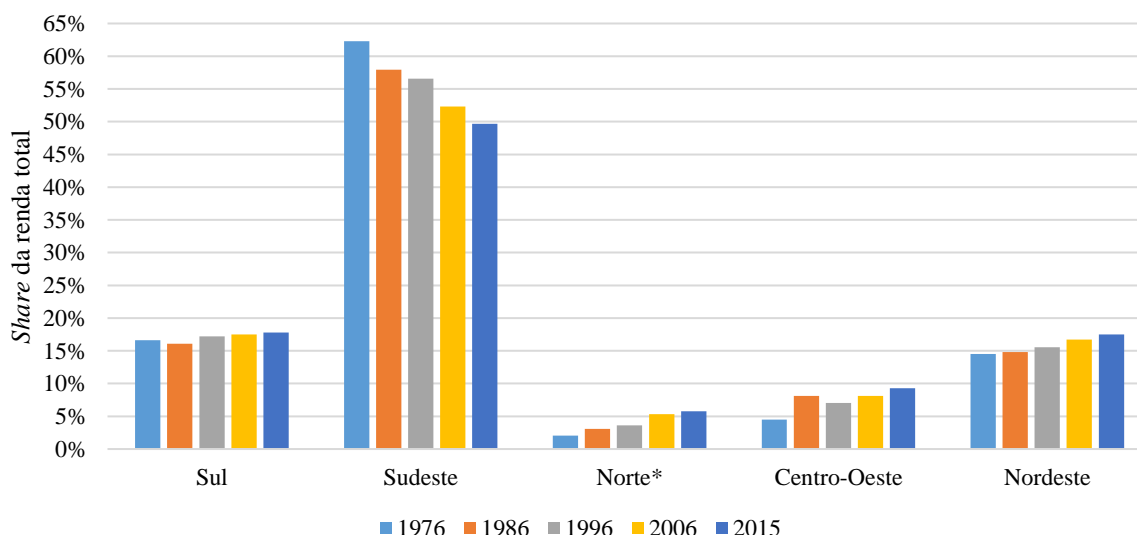
⁶ Agradecemos ao portal Data Zoom, do Departamento de Economia da PUC-Rio, pelos programas de acesso aos microdados do IBGE.

3.1 Aspectos regionais da distribuição de renda

A disparidade de renda existente entre as regiões do território Brasileiro pode ser atribuída a diversos fatores que diferenciam uma região da outra, como os geográficos, históricos, políticos e socioeconômicos (Menezes-Filho et al., 2006). Essas diferenças definiram ao longo do tempo a população, o mercado de trabalho e os rendimentos médios nessas regiões, que por sua vez exercem influência na concentração da renda regional e sua distribuição interna.

Como se pode observar na Figura 1, a desigualdade na distribuição da renda total no Brasil entre suas regiões geográficas é elevada, apesar de haver uma aparente melhora distributiva ao longo dos anos. A região Sudeste concentra a maior parcela da renda total disponível no Brasil. Com mais de 60% da renda total em 1976 e aproximadamente 50% em 2015, o Sudeste é a única região que apresentou queda em seu *share* no período analisado. As demais regiões brasileiras elevaram suas participações na renda total, com maior crescimento observado nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Figura 1: Distribuição da renda total por região geográfica do Brasil.



*A região norte não possui dados para sua área rural até 2004.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

A elevada concentração de renda na região Sudeste, sua tendência de queda ao longo das décadas e o aumento da renda nas demais regiões pode ser explicado pelo processo de industrialização localizado na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo. Processo que decorre da consolidação do complexo agroexportador da cafeicultura na região desde fins do século XIX. Nesse cenário, de definição em escala nacional de que regiões ficariam com quais atividades produtivas, que a região Sudeste se destacou como centro do processo de dinamismo da produção econômica nacional (Monteiro Neto, 2006).

A partir dessa percepção de que algumas regiões ficaram para trás e de elevação das disparidades regionais, na década de 1960, o governo brasileiro passou a direcionar os investimentos e promover transferências de capitais das regiões desenvolvidas para as menos desenvolvidas do país (Monteiro Neto, 2006), freando o cenário concentrador de renda.

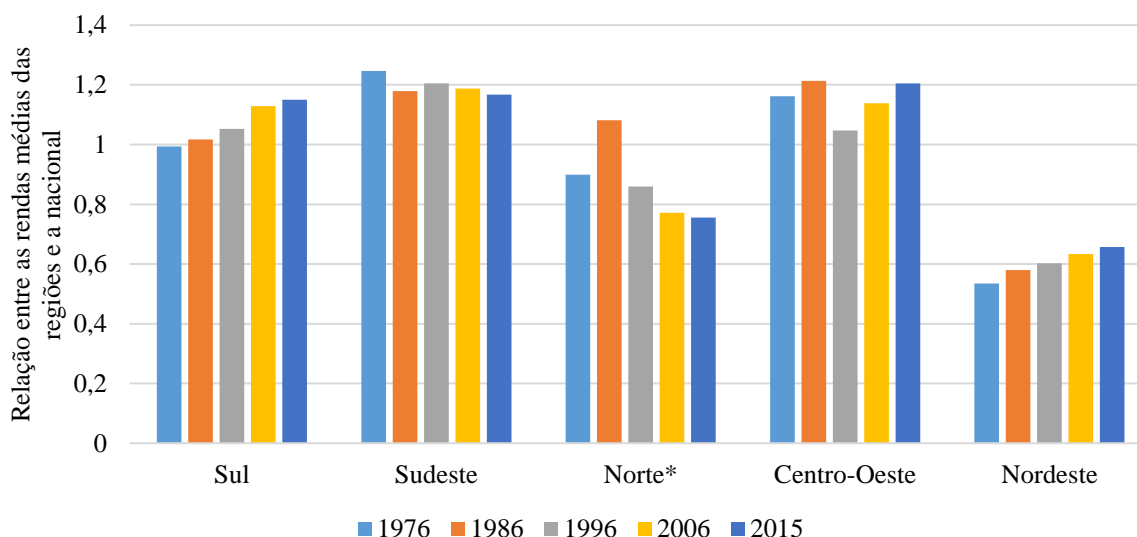
Chama a atenção o fato de a região Nordeste ter concentração de renda, apesar de próxima, inferior à da região Sul, ao passo que a população nordestina com renda é significativamente superior à sulista (ver Tabela 2, no Apêndice). Mas esse resultado é compreendido ao se analisar a renda pessoal média (*per capita*) regional como proporção da renda pessoal média nacional. A Figura 2 mostra que as rendas médias das regiões Sul e Nordeste foram crescentes nas décadas analisadas, no

entando, a primeira apresenta renda quase duas vezes superior à da segunda no período, compensando o número inferior de pessoas empregadas na região.

A Figura 2 também indica que as rendas da população das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste receberam, em todos os anos analisados, renda igual ou superior à média nacional. A renda pessoal média da região Nordeste foi sempre inferior à renda média nacional e a da região Norte foi superior apenas em 1986. De forma geral, ao longo do período analisado, as rendas médias relativas das regiões Sudeste e Norte apresentaram tendência de queda e a da região Centro-Oeste oscilou.

Além da disparidade nos níveis de renda *per capita* entre as regiões, ocorre que há uma maior concentração de rendimentos pessoais nas áreas mais pobres, de acordo com Medeiros (2004). Para verificar essa afirmação, a Figura 11 A, do Apêndice, apresenta o índice de Gini para as regiões do Brasil. A Figura indica que as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam as maiores concentrações de renda pessoal do Brasil na maioria dos anos analisados. A Região Norte oscila sua posição, ficando em 2015 como a terceira região mais desigual. E, em termos gerais, respectivamente as regiões Sul e Sudeste são as mais igualitárias. Contudo, os índices calculados apresentam tendência de queda para todas as regiões, indicando que a distribuição de renda intrarregional melhorou ao longo do tempo.

Figura 2: Relação entre a renda média da região geográfica do Brasil e a renda média nacional.



*A região norte não possui dados para sua área rural até 2004.

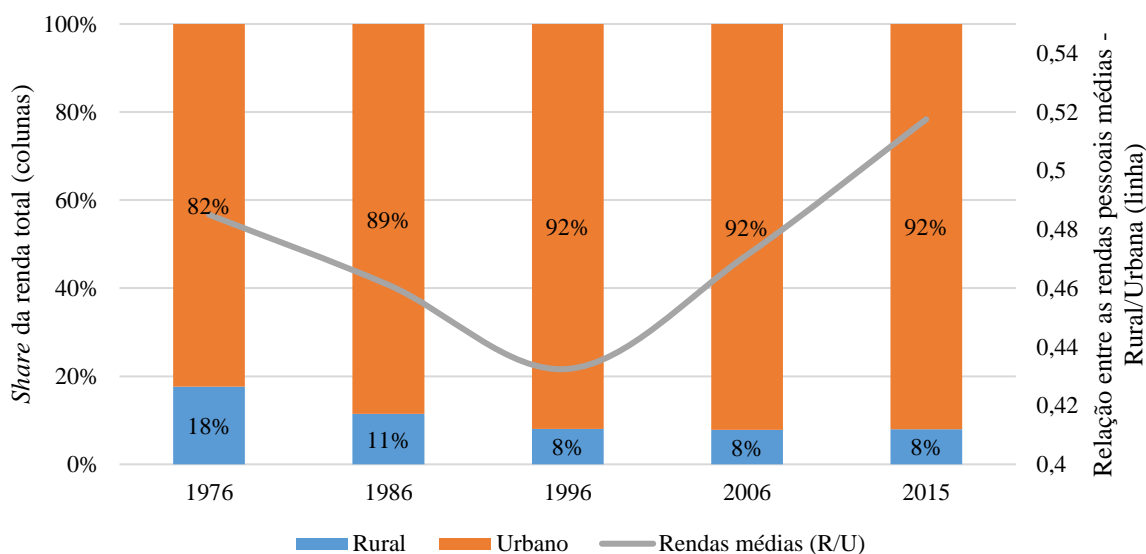
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

Analisando-se as Figura 1, 2 e 11 A, observa-se que a região Centro-Oeste apresenta a segunda menor participação na renda total do país, renda pessoal média superior à média nacional e maior grau de concentração de renda. Esse fato chama a atenção, dado que Brasília, a capital administrativa do país, está incluída nessa região e, provavelmente, por concentrar uma grande quantidade de funcionários públicos que recebem salários elevados (ver Figura 10), acaba elevando a renda média regional e sua desigualdade.

Quanto à distribuição de renda entre as zonas rural e urbana, essa parece estar fortemente relacionada com as transformações populacionais e migratórias que ocorreram na segunda metade do século XX no Brasil. A forte migração de pessoas que saíram do meio rural para morar nas cidades a partir da década de 60 e a queda intensa na ocupação rural a partir de 1985, provocado por oportunidades de emprego com remunerações maiores e outras vantagens indiretas⁷ proporcionadas nas cidades (Alves; Marra, 2009), devem explicar grande parte da mudança na distribuição de renda rural-urbana nas últimas décadas.

⁷ Como maior acesso à educação, saúde, segurança no trabalho, financiamento, proteção ao desemprego. Para maiores informações acerca do êxodo rural e urbanização no Brasil, ver Alves e Marra (2009).

Figura 3: Distribuição da renda total entre zona urbana e rural no Brasil.



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

De acordo com a Figura 3, a zona urbana aumentou a concentração da renda pessoal até a década de 1990, quando alcançou cerca de 92% da renda total e se manteve estável nas décadas seguintes. Em 1976 a zona rural detinha 18% da renda pessoal total, dez anos depois caiu para 11% e nos anos seguintes, 1996, 2006, 2015, teve sua parcela reduzida e estabilizada em cerca de 8%. Essa estabilidade nos *shares* da distribuição de renda pode estar relacionada com a desaceleração da queda no número de pessoas com renda no campo (Tabela 2) e o aumento relativo da renda média.

Observa-se na Figura 3 que na década de 90 há uma inversão na tendência da relação entre a renda média rural e a urbana, a qual passa a ser crescente. Contudo, a renda média recebida pelos indivíduos na zona rural foi inferior à renda média pessoal recebida na zona urbana em todos os anos analisados. O menor dos valores observados na relação entre as rendas médias rural/urbano girou em torno de 0,43 em 1996 e o maior foi de aproximadamente 0,52 em 2015. O nível de desigualdade de renda medido pelo índice de Gini, apresentado na Figura 11: Índice de Gini para diferentes grupos de características da população no Brasil. B, é maior na zona urbana em todos os anos analisados, porém a desigualdade caiu em ambas as zonas com o passar das décadas.

3.2 Aspectos biológicos da distribuição de renda

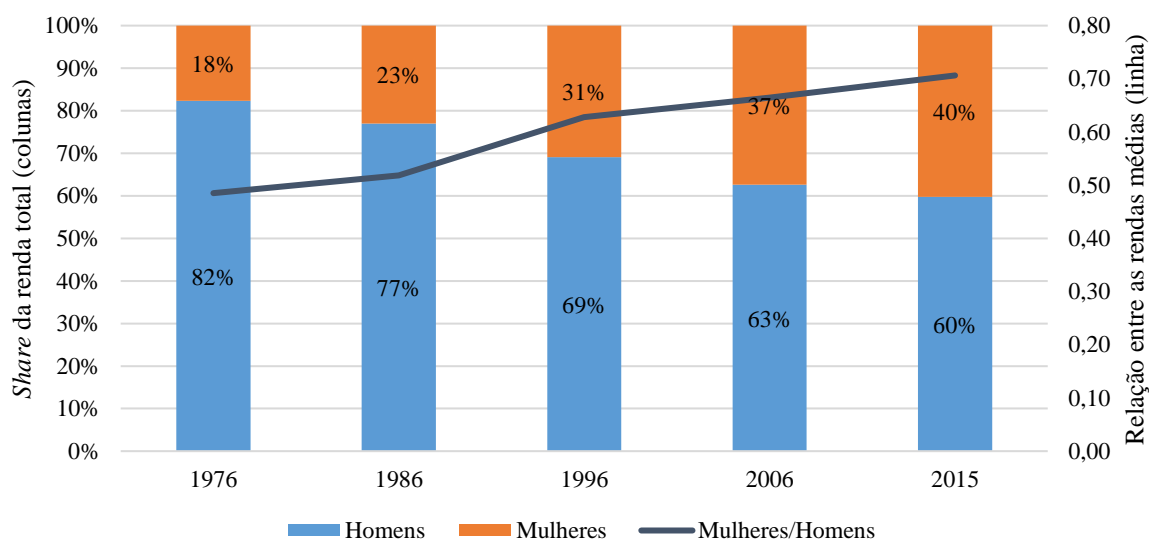
As características biológicas das pessoas são bastante estudadas quanto aos seus efeitos sobre a renda recebida, especialmente a do trabalho⁸. No que diz respeito à distribuição de renda entre os sexos, de acordo com Lowell (2000), o Brasil possui uma persistente hierarquia de gênero que coloca o homem numa posição mais vantajosa que a mulher em recursos materiais, poder, status e autoridade. No entanto, apesar de as mulheres não possuírem a mesma proporção de renda que os homens, as transformações socioeconômicas e demográficas que ocorreram nas últimas décadas no país foram favoráveis a elas.

De acordo com a Figura 4, as mulheres detinham apenas 18% da renda pessoal total em 1976. Crescendo década após década, em 2015 a proporção de renda total do sexo feminino já alcança 40%. Esse resultado pode ser atribuído à crescente participação da mulher no mercado de trabalho, que passou de 30% para quase 49% do total de pessoas com renda entre 1976 e 2015, e as melhores posições laborais adquiridas pelas mulheres nos últimos anos (Bruschini; Lobardi, 2002). Esse último

⁸ Ver, por exemplo, Giuberti e Menezes-Filho (2005); Strauss e Thomas (1996); Madalozzo; Martins (2007); Silva (1980); Bacchi et al. (2017).

fato também explica a melhora na relação entre as rendas de homens e mulheres, eixo vertical direito da Figura 4.

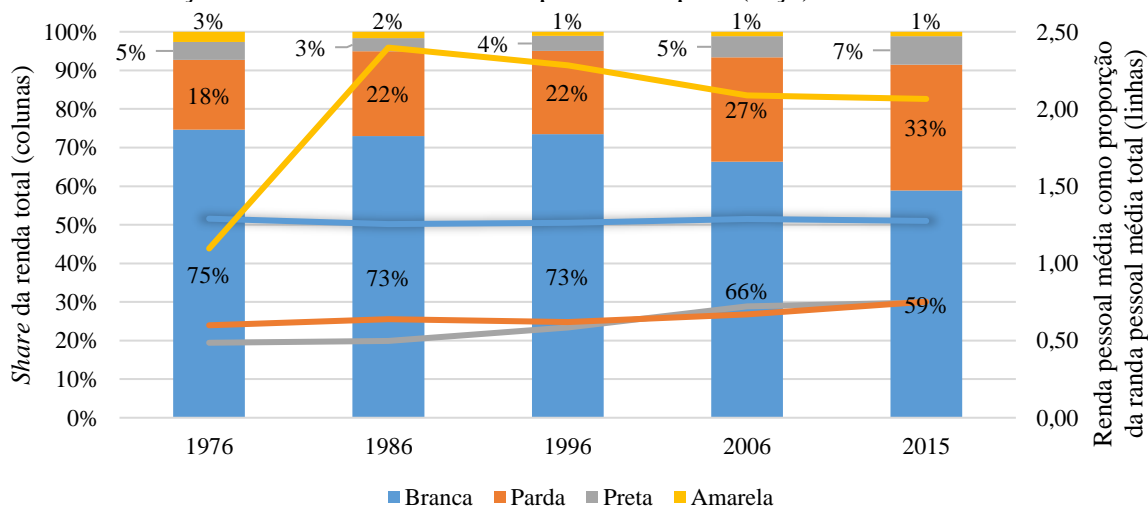
Figura 4: Distribuição da renda por sexo no Brasil.



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

Embora a renda média das mulheres esteja longe de alcançar a renda média dos homens, se em 1976 a relação entre a renda pessoal média das mulheres e a dos homens era de pouco mais de 50%, em 2015 essa relação ultrapassou os 70%, com aparente tendência de alta. Quanto à desigualdade de renda dentro de cada grupo, de acordo com a Figura 11 C, tem-se que ela é maior entre homens que entre as mulheres, apesar de a diferença entre seus níveis de desigualdade terem caído ao longo do tempo e convergido para um patamar muito próximo em 2015.

Figura 5: Distribuição da renda e renda média por cor da pele (raça) no Brasil.



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

A distribuição da renda pessoal por raça, ou cor da pele da pessoa (como consta na PNAD), apresentada na Figura 5, é caracterizada pela maior apropriação pelos brancos, seguido por pardos, pretos e amarelos. Essa distribuição da renda pessoal total está de acordo com a população enquadrada em cada grupo, no entanto, não na mesma proporção. Enquanto os brancos representam cerca de 46% da população com renda em 2015, a soma total da renda desse grupo foi de 59%.

Ao longo das décadas observa-se uma redução na renda apropriada pelos brancos e amarelos e um aumento na renda total da população parda e preta. Os brancos detinham 75% da renda pessoal total em 1976, caindo para 59% em 2015. Já os pardos passaram de 18% da renda pessoal total para cerca de 33% no mesmo período⁹. Quanto à renda pessoal média detida por cada grupo em relação à renda média total, também apresentado na Figura 5, observa-se que a renda dos brancos manteve-se praticamente estável com valor superior à média nacional, entre 1,25 e 1,30 vezes.

A renda pessoal média do grupo designado com cor amarela, com menor representação populacional, recebeu mais de duas vezes a renda média nacional nos anos 1986, 1996, 2006 e 2015. A renda média dos grupos de cor parda e preta, com valores próximos entre si, receberam em todos os anos analisado valores inferiores à média nacional, com valor máximo de 75% da média nacional em 2015. No entanto, esses dois grupos apresentaram crescimento em suas rendas médias ao longo do tempo. Quanto à distribuição de renda intragrupos (Figura 11 D), verifica-se uma queda geral no índice de Gini, havendo maior desigualdade nos grupos de maior renda pessoal média, brancos e amarelos.

Outra característica biológica analisada é a idade. Ela é um fator relevante para a determinação dos rendimentos dos indivíduos, sendo utilizada na estimação da função-salário pela sua relação com o tempo de experiência no trabalho. Diversos trabalhos que se baseiam na teoria do capital humano utilizam a idade, ou uma variação dela, como proxy de experiência, considerando-a entre os principais fatores na determinação de salários¹⁰. A hipótese do ciclo de vida, de Franco Modigliani, por sua vez, já destacava o caráter hiperbólico da renda das pessoas – crescente durante os anos de vida economicamente ativo das pessoas, onde haveria maior acúmulo de poupança, e posterior queda nos anos de aposentadoria.

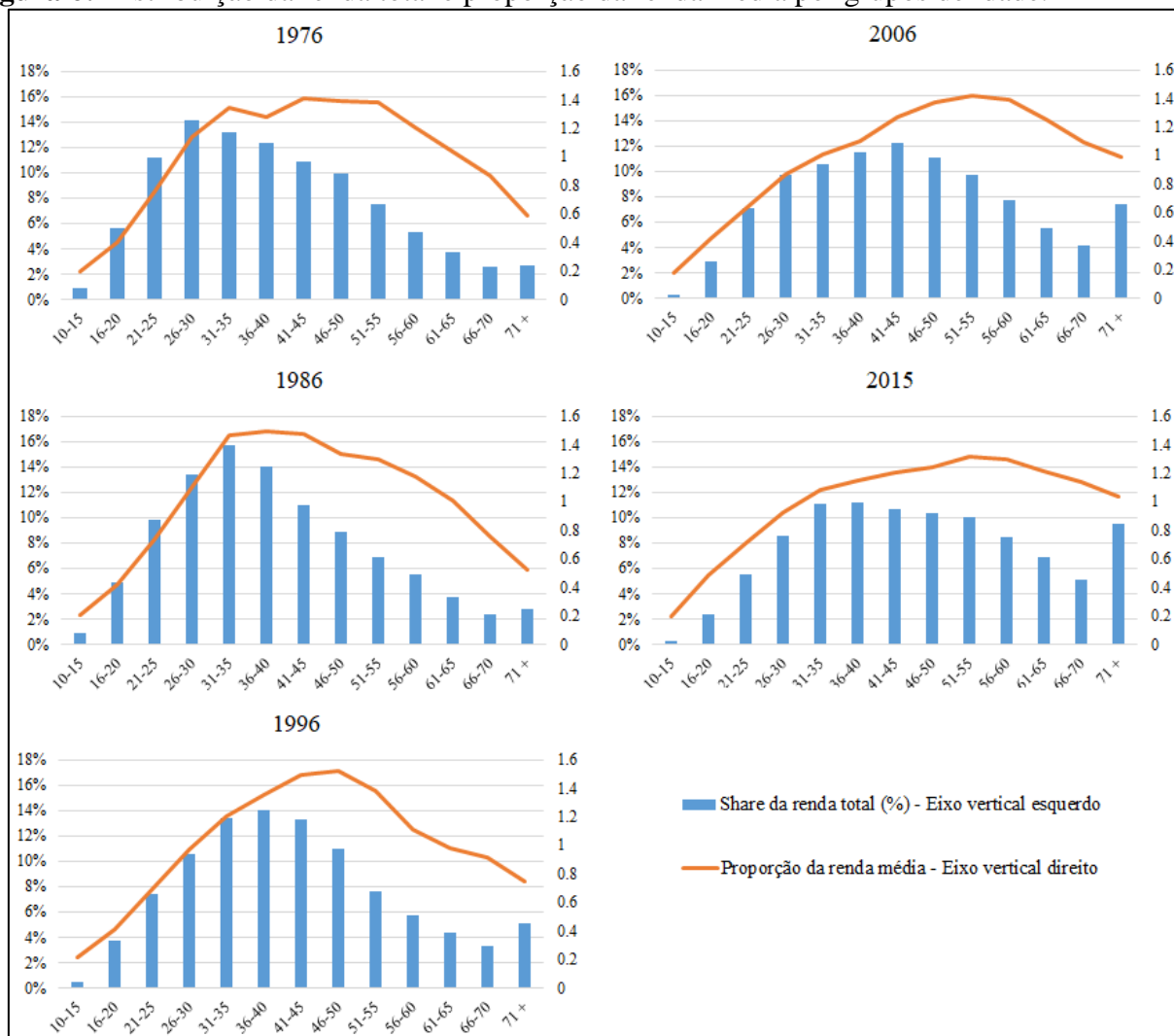
A Figura 6 apresenta a distribuição da renda total e a relação da renda pessoal média por grupo de idade com a renda pessoal média total. Nela, pode-se observar que os dois fatores analisados se modificaram ao longo do tempo. A distribuição da renda que se concentrava nos grupos de idade de 26 a 30 anos foi passando a se concentrar nos grupos de idade superiores, como o de 31-35 em 1986, 36-40 em 1996, 41-45 em 2006 e tornou-se mais homogênea entre os grupos intermediários (31-55 anos de idade) em 2015. Outra característica é o aumento da concentração de renda pessoal ao longo dos anos na faixa etária de pessoas com 71 anos ou mais de idade.

A distribuição da renda deve estar associada com a mudança na pirâmide etária das pessoas, a qual indica que tem crescido o número de pessoas nas faixas intermediárias e elevadas de idade (Tabela 2), e também com o aumento da renda média dos grupos de idade mais avançada. A relação da renda pessoal média por grupo de idade e a renda média total, apresentada na Figura 6, mostra que em 1976 e 1986 os valores máximos concentravam-se nos grupos de idade entre 35 e 50 anos de idade. Em 1996 esses valores se concentravam entre os grupos de 41 a 55 anos e em 2006 e 2015 essa concentração passou a ocorrer nos grupos de 46 a 60 anos de idade. Assim como no caso anterior, houve também um aumento da renda média das pessoas pertencentes ao grupo de idade de 71 anos ou mais.

⁹ Cabe salientar que essa análise está sujeita a mudanças na autoidentificação racial, que podem afetar os resultados. Para maiores informações sobre o tema, ver Theodoro et al. (2008) e Muniz (2010).

¹⁰ Ver, por exemplo, Lam e Levison (1990); Cavalieri e Fernandes (1998);

Figura 6: Distribuição da renda total e proporção da renda média por grupos de idade.



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

O índice de Gini calculado para cada grupo de idade, Figura 11 E, de forma geral, mostra que a desigualdade de renda caiu ao longo dos anos e trouxe os maiores níveis de desigualdade para as faixas entre 51 e 55 anos de idade nas últimas duas décadas. Nos anos anteriores, 1976, 1986 e 1996, os maiores níveis de desigualdade residiam nas faixas de idade mais elevadas, principalmente a de 66 a 70 anos, que, diferente das análises anteriores, não eram os grupos que concentravam mais renda na sociedade.

3.3 Aspectos educacionais da distribuição de renda

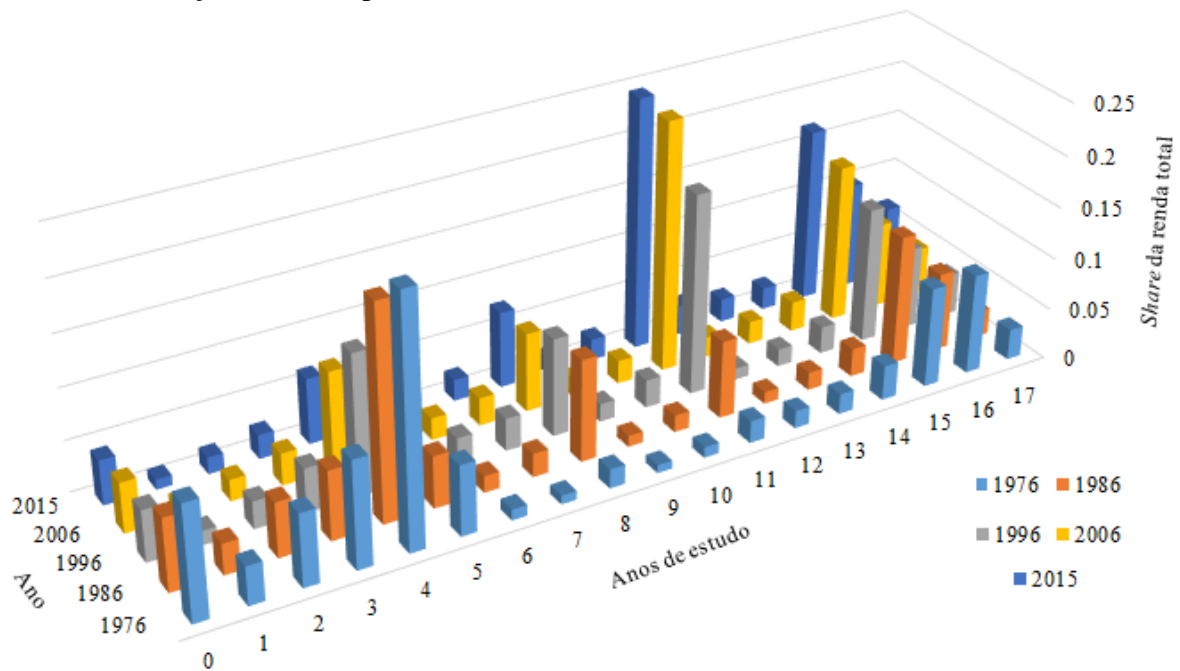
Assim como o tempo de experiência, a educação é outro fator bastante medido como determinante dos salários pelos que seguem a teoria do capital humano. A educação estaria associada com o desenvolvimento das capacidades técnicas e intelectuais dos indivíduos, que o torna mais produtivo. Dessa forma, diferentes níveis de educação entre os indivíduos tendem a se refletir em diferentes remunerações. Cabe destacar que o Brasil é um país com elevados níveis de desigualdade educacional e apresenta elevada sensibilidade dos salários à educação do trabalhador (Freitas; Barbosa, 2015).

A distribuição da renda por anos de estudo, na Figura 7, mostra que em 1976 a renda pessoal se concentrava principalmente entre as pessoas com quatro anos de estudo, que são, geralmente, aquelas pessoas que estudaram até a quarta série do ensino fundamental. Em 1976, outros picos

menores de concentração de renda ocorrem também entre as pessoas com nenhum e entre aqueles com 15 e 16 anos de estudo, que são aqueles que possuem ensino superior.

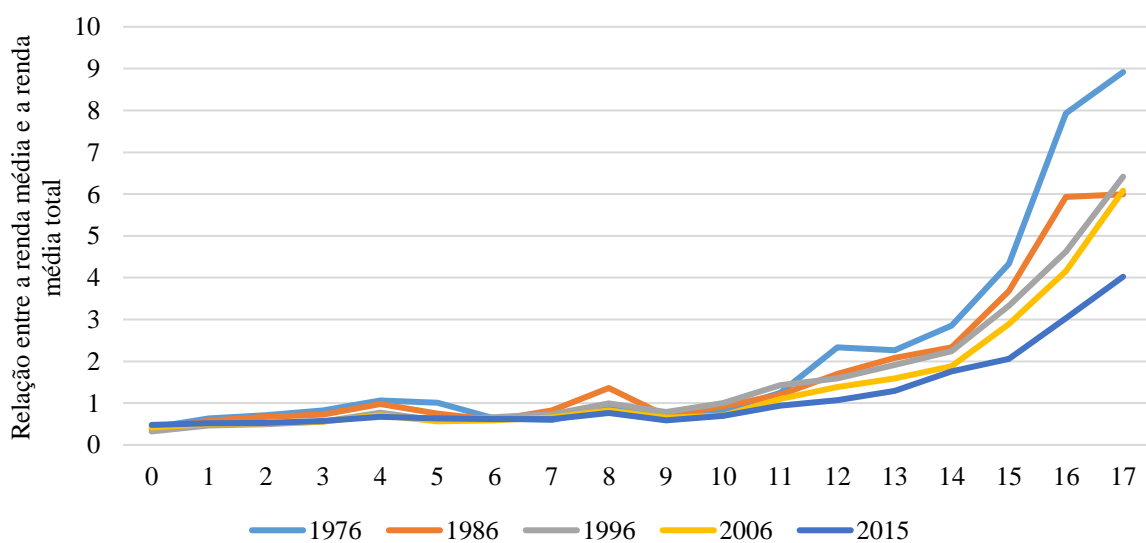
O aumento geral dos anos de estudo da população ao longo das últimas décadas, observada na Tabela 2, fez com que mudasse a concentração de renda no Brasil quanto a essa característica. Como se pode observar na Figura 7, década após década, a distribuição da renda por anos de estudo foi reduzindo sua concentração entre aqueles que possuem apenas quatro anos de estudo e aumentando entre aqueles que possuem onze (o maior nível de concentração) e mais de quinze anos de estudo, ou seja, aqueles que possuem ensino médio e ensino superior completos.

Figura 7: Distribuição da renda por anos de estudo no Brasil.



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

Figura 8: Relação entre a renda pessoal média por anos de estudo e a renda pessoal média total no Brasil.



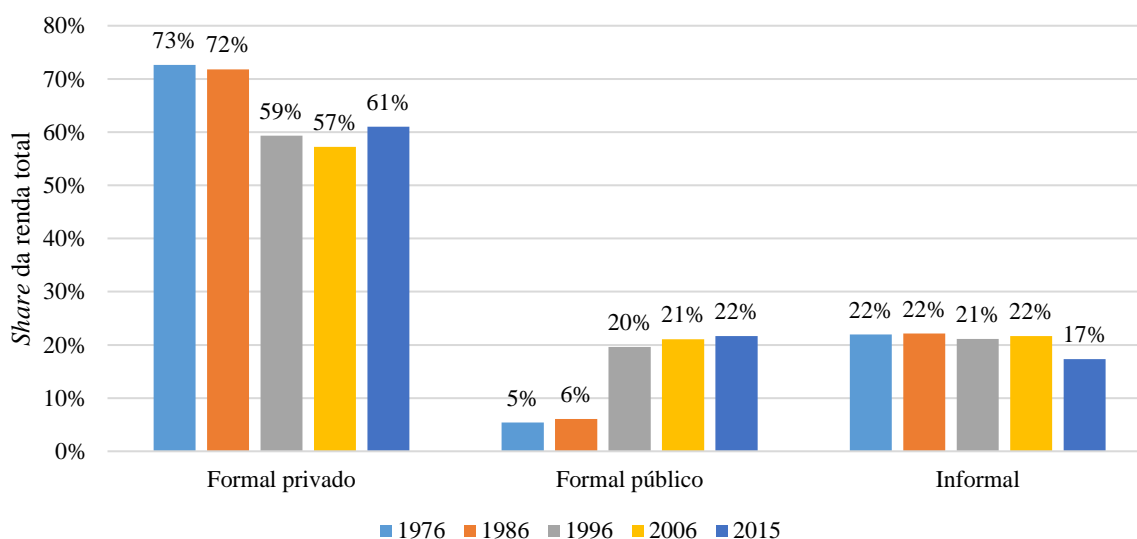
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

De acordo com a Figura 8, essa transformação educacional que ocorreu no Brasil nas últimas cinco décadas também parece ter promovido uma redução geral na renda pessoal média por ano de estudo dos indivíduos, quando comparada à renda média total. Fato que ocorreu especialmente entre aqueles com mais anos de estudos. O índice de Gini também se modificou ao longo do tempo (Figura 11 F). Ele teve sua tendência alterada quando se compara os anos das décadas mais recentes com os das mais antigas. Nos anos de 1976 e 1986, por exemplo, havia maior desigualdade de renda entre aqueles com menos anos de estudo, como de quatro a oito anos. Já em 2015, os maiores níveis de desigualdade de renda ocorrem entre aqueles que estudaram por mais de quinze anos, ou que possuam o ensino superior.

3.4 Aspectos do mercado de trabalho da distribuição de renda

Como a renda do trabalho compõe grande parte da renda das pessoas, o setor em que o indivíduo trabalha vai exercer papel importante na distribuição da renda pessoal (Gatica; Mizala; Romanguera, 1995). Por exemplo, Hoffmann (2000) encontra resultados que mostram que os salários na agricultura tendem a ser menores do que nos setores secundário e terciário da economia brasileira. E não apenas o setor empregador vai influenciar a renda, como também o fato de o mercado ser formal ou não (Fernandes, 1996; Pero, 1992).

Figura 9: Distribuição da renda entre pessoas empregadas por mercado de trabalho – formal privado, formal público e informal.



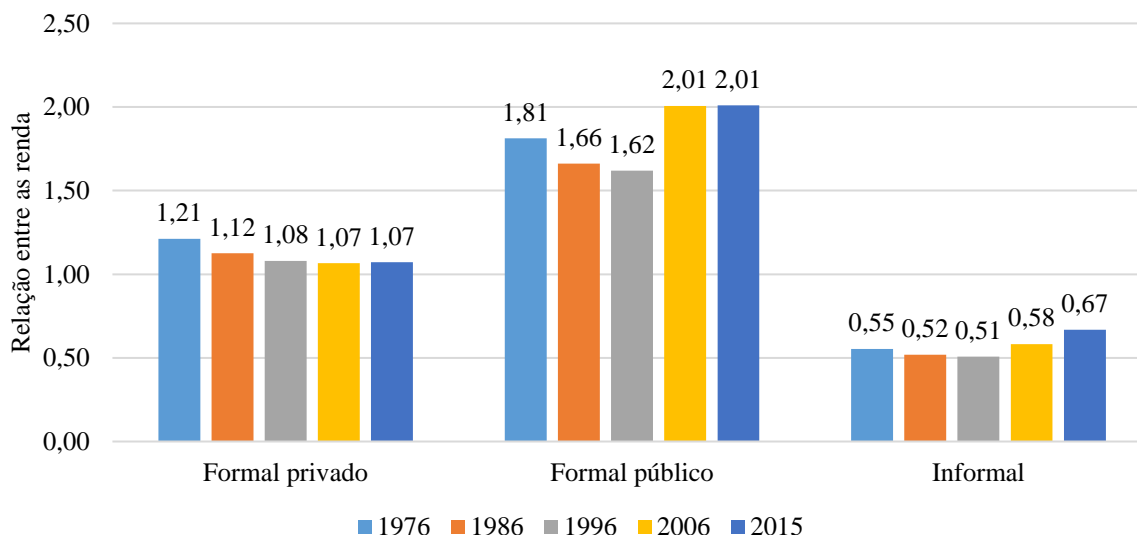
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

A Figura 9 analisa a distribuição de renda das pessoas empregadas por mercado de trabalho, ou seja, as que trabalham com carteira assinada, são funcionários públicos ou que trabalham na informalidade. Nela, observa-se que a maior concentração ocorre no setor formal privado, com máxima de 73% da renda total em 1976 e mínima de 57% em 2006. Nas últimas três décadas, a proporção de renda acumulada pelos mercados de trabalho informal e formal público são semelhantes, próxima da casa dos 20%, havendo maior divergência em 2015. No entanto, o número de pessoas trabalhando no setor informal é mais do que o dobro do existente no setor público (Tabela 2).

Vizualiza-se na Figura 9 que a proporção da renda acumulada pelos que trabalham na informalidade permanece praticamente estável nos anos 1976, 1986, 1996 e 2006, há uma queda na concentração de renda no setor formal privado e houve um aumento na renda do setor formal público. Esse quadro faz parecer que houve, em alguma medida, uma transferência de renda do formal privado

para o público dos anos 1976 e 1986 para os anos seguintes. Assim como em 2015 parece ter havido uma pequena transferência de renda do setor informal para o setor formal privado.

Figura 10: Relação entre a renda pessoal média por mercado de trabalho e a renda pessoal média total no Brasil.



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

Tomando-se a renda pessoal média total como base, na Figura 10 observa-se que a renda pessoal média do setor formal privado, com leve queda ao longo dos anos, aproxima-se da renda média nacional. O setor formal público apresenta o maior índice de renda relativa, com cerca de duas vezes a renda média nacional em 2006 e 2015 e valores que variaram de 1,81 e 1,62 nos anos anteriores.

A renda pessoal média do setor informal em relação à renda média total caiu até 1996 e cresceu nas décadas seguintes. No entanto, seu valor segue inferior ao valor utilizado como base, cuja proporção foi de 0,67 em 2015, o maior valor dentre os anos analisados. A renda média nos setores formal público e informal explica a semelhança na acumulação de renda entre eles nas últimas décadas, apesar da diferença na proporção de pessoas com renda em cada mercado de trabalho.

A desigualdade de renda pessoal estimada, considerando apenas os indivíduos que trabalham nos diferentes mercados de trabalho (Figura 11 G), indica que o setor formal privado é o setor mais igualitário em todos os anos analisados. O setor informal foi mais desigual que os demais nos dois primeiros anos analisados, 1976 e 1986, perdendo o posto para o setor formal público nas décadas seguintes. Contudo, houve queda geral nos indicadores de desigualdade de todos os grupos de trabalho analisados ao longo das décadas.

Tabela 1: Distribuição da renda por setor de atividade econômica no Brasil.

	Share da renda total (%)					Renda média/total					População empregada (%)				
	76	86	96	06	15	76	86	96	06	15	76	86	96	06	15
Agrícola	15,1	13,2	7,8	6,9	5,7	0,54	0,63	0,51	0,56	0,61	28,1	20,9	15,3	12,2	9,3
Indústria de transformação	20,9	20,5	15,7	15,7	11,9	1,22	1,18	1,12	1,03	0,96	17,1	17,4	14,0	15,2	12,4
Indústria da construção	7,8	6,1	5,9	5,7	8,4	1,01	0,88	0,85	0,81	0,89	7,7	7,0	7,0	7,1	9,5

	Share da renda total (%)					Renda média/total					População empregada (%)				
	76	86	96	06	15	76	86	96	06	15	76	86	96	06	15
Outras atividades industriais	2,3	2,6	1,7	1,7	1,4	1,43	1,61	1,31	1,82	1,79	1,6	1,6	1,3	0,9	0,8
Comércio de mercadorias	13,3	14,1	16,0	18,2	16,5	1,30	1,20	1,12	0,97	0,87	10,2	11,8	14,3	18,8	19,0
Prestação de serviços	8,5	9,9	14,0	7,1	7,0	0,57	0,56	0,65	0,54	0,61	14,9	17,7	21,6	13,1	11,6
Serviços aux. da ativ. econômica	5,2	6,3	7,7	3,1	3,7	2,29	2,09	1,97	0,80	0,74	2,3	3,0	3,9	3,8	5,1
Transporte e comunicação	6,2	5,8	6,0	6,0	6,3	1,38	1,50	1,38	1,20	1,05	4,5	3,9	4,3	5,0	6,0
Social	9,2	9,6	12,6	12,9	15,0	1,32	1,10	1,18	1,30	1,30	6,9	8,7	10,6	9,9	11,6
Administração pública	6,3	6,7	8,0	9,8	10,1	1,57	1,33	1,47	1,76	1,79	4,0	5,1	5,4	5,6	5,6
Outras atividades ou não declaradas	5,2	5,3	4,7	13,0	13,9	2,01	1,75	2,14	1,58	1,51	2,6	3,0	2,2	8,2	9,2

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

A distribuição da renda por setor de atividade econômica, apresentada a Tabela 1, tende a estar associada com a quantidade de pessoas trabalhando em cada setor. Como se pode ver, a agricultura perdeu participação na renda total ao passo que teve a proporção de trabalhadores nesse setor reduzida (Tabela 2). Já o comércio de mercadorias elevou sua participação na renda total, da mesma forma que aumentou a proporção de trabalhadores nesse setor. Assim, os setores que detêm as maiores participações na renda total são os que possuem maior número de pessoas empregadas: o comércio de mercadorias (16,5%), o social (15%) e o da indústria de transformação (11,9%).

Na Tabela 1, chama a atenção os itens serviços auxiliares da atividade econômica e o setor de transporte e comunicação. O primeiro elevou sua participação na renda total em 1976, 1986 e 1996 e caiu nos anos seguintes, mesmo tendo a proporção de trabalhadores nesse setor elevada ao longo dos anos. O segundo teve sua proporção na renda total relativamente estável ao longo dos anos mesmo com o número crescente de trabalhadores no setor. Esses resultados podem estar relacionados com a renda recebida por esses setores, que apesar do aumento proporcional de trabalhadores, tiveram suas rendas pessoais médias reduzidas em relação à renda média total, como apresentado na segunda coluna da Tabela 1.

Quanto à desigualdade de renda dentro de cada setor, houve queda no índice de Gini em quase todos os setores nos anos analisados, exceção para os setores agrícola e administração pública, que elevaram seus níveis de desigualdade nos anos intermediários e apresentaram pouca mudança nos valores se considerado os anos extremos. Os indivíduos que trabalham nos setores de transporte e comunicação e da indústria da construção são os que possuem maior igualdade de renda dentre os demais.

4. Considerações finais

Este trabalho buscou elaborar e apresentar a distribuição de renda no Brasil por diferentes perspectivas, tendo como base as características regionais, biológicas, educacionais e do mercado de

trabalho da população nos últimos 40 anos (1976 – 2015). Através da análise dos microdados da PNAD, os resultados mostram que a distribuição de renda no país ainda se concentra majoritariamente entre alguns grupos, como na região Sudeste, na zona urbana, entre homens e pessoas de cor branca. No entanto, a análise temporal mostra que há uma tendência favorável aos grupos historicamente menos favorecidos, havendo aumento da renda total nas regiões mais pobres, entre a população feminina e pessoas de cor negra.

Os resultados também mostram que houve uma transformação no padrão da distribuição de renda quando se leva em conta a idade e os anos de estudo das pessoas. Com o passar do tempo, a renda passou a se concentrar principalmente no centro e cauda direita da distribuição. Isso indica que, comparado ao passado, no presente há maior concentração de renda entre aqueles que possuem mais idade e anos de estudo. Quanto à distribuição de renda por mercado de trabalho, houve queda na renda acumulada entre as pessoas que trabalham no setor privado e aumento entre os trabalhadores do setor público. Os setores que empregam mais pessoas na economia, a exemplo do comércio de mercadorias, são os que detêm maior acúmulo de renda.

A análise geral da desigualdade de renda intragrupos, medida pelo índice de Gini, indica que houve uma melhora nos indicadores. Esse fato, somado ao quadro geral de melhor distribuição de renda, ajuda a explicar a queda recente da desigualdade de renda total no Brasil, defendida pelos trabalhos que utilizam dados de pesquisas domiciliares em suas análises. Como sugestão para trabalhos futuros, fica a de analisar de forma mais aprofundada a distribuição de renda pelas diferentes características da população aqui apresentadas. Apesar de haver na literatura trabalhos que a façam, geralmente não analisam para todo o período de dados disponível.

Referências

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, v. 18, n. 4, p. 5-17, 2009.

BACCHI, M. D.; MAIA, K.; SOUZA, S. C. I.; GOMES, M. R.; CATELAN, D. W.; FONSECA, M. R. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor na região Sudeste do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, ago. 2017.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, n. 17/18, 2001/02.

CAVALIERI, C., FERNANDES, R. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, 1998.

DEDECCA, C. S. A pesquisa nacional por amostra de domicílios–pnad–síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília**, v. 15, n. 2, p. 103–114, 1998.

ELBERS, C.; LANJOUW, J. O.; LANJOUW, P.; LEITE, F. P. Poverty and inequality in brazil: new estimates from combined PPV-PNAD. **Inequality and economic development in Brazil**, p. 81, 2004.

FERNANDES, R. Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 417-441, dez. 1996.

FERREIRA, F. H.; LEITE, P. G.; LITCHFIELD, J. A.; ULYSSEA, G. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 147–169, 2006.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **The American Economic Review**, JSTOR, v. 62, n. 1/2, p. 391–402, 1972.

FREITAS, C. E.; BARBOSA, R. R. A previdência social e as distorções na distribuição de renda. **Pesquisa & Debate**, v. 26, n. 1(47), pp. 173-197, 2015.

GATICA, J., MIZALA, A., ROMANGUERA, P. Interindustry wage differentials in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 43, n. 2, p. 315-331, 1995.

GIUBERT, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 369-84, jul. 2005.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. Taxation and distribution of income in Brazil: new evidence from personal income tax data. International Policy Centre for Inclusive Growth, **Working Paper Number 136**, 2016.

HOFFMANN R. “Considerações sobre a evolução recente da distribuição de renda no Brasil. Revista de Administração de Empresas, v.13, n.4, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1973. “Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil”. In: HENRIQUES, R. (Organizador), **Desigualdade e pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN, R. Income distribution in Brazil and the regional and sectorial contrasts. In: GUILHOTO, J. J. M., HEWINGS, G. J. D. (orgs.). **Structure and structural change in the Brazilian economy**, 2001.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de administração de empresas**, v. 12, n. 2, p. 46–66, 1972.

LAM, D., LEVISON, D. Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: EUA e Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 219-256, ago. 1990.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Expressão e Cultura, 1973.

LOVELL, A. L. Gender, race, and the struggle for social justice in Brazil. **Latin American Perspectives**, vol. 27, n. 6, p. 85-102, 2000.

MADALOZO, R.; MARTINS, S. R. Gender wage gaps: comparing the 80s, 90s and 00s in Brazil. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, n. 2, 2007.

MEDEIROS, M. A geografia dos ricos no Brasil. **Texto para discussão n. 1229**, IPEA, 2004.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. de; CASTRO, F. Á. de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 971–986, 2015.

MENEZES-FILHO, N.; MARCONDES, R. L.; PAZELLO, E. T.; SCORZAFAVE, L. G. Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica. **XXXIV Encontro Nacional de Economia**, 2006.

MONTEIRO NETO, A. Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. **Texto para discussão n. 1229**, IPEA, 2006.

MORGAN, M. Extreme and persistent inequality: New evidence for Brazil Combining National accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. **WID. World Working Paper Series**, v. 12, 2017.

MUNIZ, O. J. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 277-291, 2010.

PERO, V. L. A carteira de trabalho no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 305-342, 1992.

RAMOS, C. A. A queda da pobreza e da concentração de renda no Brasil. "à la recherche" da teoria perdida. **Nova Economia**, v. 25, n. 3, p. 599-620, 2015.

RAVALLION, M. Poverty comparisons—a guide to concepts and methods; Worldbank. **Living Standards Measurement Study Working Paper**, v. 88, 1992.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SILVA, N. V. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1980.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. **Texto para discussão n. 1166**, IPEA, 2006.

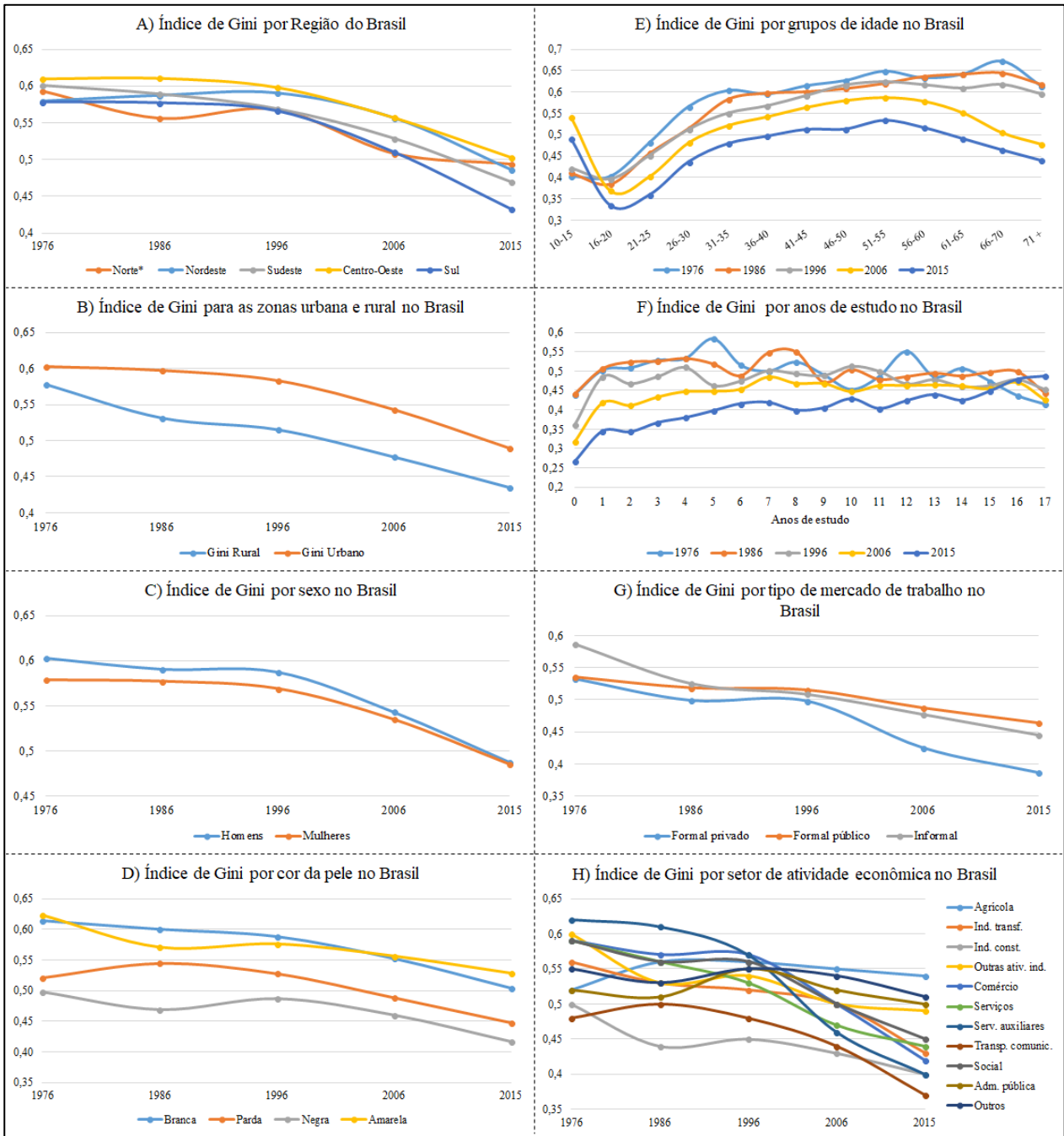
SOUZA, P. H. Poverty, inequality and social policies in Brazil, 1995-2009. International Policy Centre for Inclusive Growth, **Working Paper n. 87**, 2012.

STRAUSS, J., THOMAS, D. Wages, schooling and background: investments in men and women in urban Brazil. **Opportunity foregone: education in Brazil**. Washington: BID, p. 193-214, 1996.

THEODORO, M. (org.); JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

Apêndice

Figura 11: Índice de Gini para diferentes grupos de características da população no Brasil.



*A região norte não possui dados para sua área rural até 2004.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.

Tabela 2: População com renda maior que zero por característica no Brasil (%).

	População (%)						População (%)				
	1976	1986	1996	2006	2015		1976	1986	1996	2006	2015
Região											
Sul	16,73	15,82	16,36	15,51	15,47	Centro-Oeste	3,88	6,67	6,74	7,13	7,69
Sudeste	49,96	49,15	46,94	44,03	42,53	Nordeste	27,14	25,52	25,77	26,41	26,68
Norte*	2,28	2,84	4,19	6,92	7,63						
Área											
Zona urbana	69,33	78,05	83,12	84,72	85,61	Zona rural	30,67	21,95	16,88	15,28	14,39
Sexo											
Mulheres	30,67	36,55	41,59	47,34	48,81	Homens	69,33	63,45	58,41	52,66	51,19
Cor da pele											
Brancos	57,87	58,19	58,12	51,53	46,14	Negros	9,44	6,74	6,63	7,55	9,90
Pardos	30,25	34,37	34,78	40,36	43,43	Amarelos	2,43	0,70	0,48	0,56	0,53
Idade											
10-15	4,63	4,67	2,47	1,63	1,24	46-50	7,05	6,81	7,49	8,27	8,84
16-20	13,73	11,92	9,45	7,17	5,34	51-55	5,35	5,39	5,70	7,03	8,07
21-25	14,67	13,55	11,22	11,25	8,29	56-60	4,34	4,81	5,30	5,72	6,96
26-30	12,28	12,36	11,32	11,52	9,85	61-65	3,60	3,80	4,56	4,48	6,03
31-35	9,70	10,91	11,58	10,77	10,93	66-70	2,98	3,12	3,81	3,93	4,83
36-40	9,57	9,60	10,79	10,71	10,41	71+	4,50	5,43	7,10	7,64	9,79
41-45	7,62	7,62	9,21	9,88	9,42						
Anos de estudo											
0	26,71	19,84	15,40	11,67	9,06	9	0,99	1,56	2,20	2,84	2,65
1	5,91	5,14	2,93	2,51	1,88	10	1,28	1,79	2,70	3,22	2,98
2	9,80	7,87	5,34	4,00	3,05	11	1,73	6,27	13,61	22,11	26,16
3	12,50	9,25	7,63	5,59	4,08	12	0,73	0,68	0,71	1,42	2,68
4	22,53	21,07	17,68	13,39	9,52	13	0,87	0,82	0,89	1,39	1,76
5	6,73	6,74	5,44	5,16	5,33	14	1,19	1,17	1,18	1,55	1,23
6	1,66	2,67	4,06	3,62	3,21	15	2,24	3,41	3,95	5,29	8,20
7	1,42	2,76	4,31	4,14	3,36	16	1,22	1,29	1,73	2,01	3,42
8	2,14	7,25	9,59	9,33	9,76	17+	0,34	0,42	0,64	0,76	1,68
Mercado de trabalho											
Privado	58,45	57,94	50,60	52,97	60,75	Informal	38,65	38,74	38,28	36,68	27,76
Público	2,90	3,32	11,12	10,36	11,49						

*A região norte não possui dados para sua área rural até 2004.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração própria.